



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE CACHOEIRINHA
ATOrd 0020506-86.2020.5.04.0251
RECLAMANTE: ELISANGELA PURQUERIA GUIMARAES
RECLAMADO: LAZARI SERVICOS DE GESTAO DE MAO DE OBRA LTDA E
OUTROS (2)

JUIZO AUXILIAR DA EXECUÇÃO

DIVISÃO DE HASTAS PÚBLICAS E ALIENAÇÕES POR INICIATIVA PARTICULAR

EDITAL DE ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

O Exmo. Juiz Marcelo Caon Pereira, Juiz Auxiliar da Execução do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que será levado a alienação por iniciativa particular, nos termos do artigo 880 do Código de Processo Civil e do Provimento Conjunto GP.GCR nº 05/2025 do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o seguinte bem:

CNM: 100230.2.0051123-5

	REGISTRO DE IMÓVEIS - MONTENEGRO		
	LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL		
Montenegro, 12 de dezembro de 2017			
web.ort.org.br/docs/NEZV9-UA1TRU-6Z48P~/BWAV			FLS.
			MATRÍCULA
		01	51.123
IMÓVEL - SALA 101 DO EDIFÍCIO FERON, situado na Rua Bento Gonçalves nº 1510, nesta cidade, zona urbana, está situada no térreo, com área real privativa de 146,62m², área de uso comum de 0,00m², perfazendo uma área real total de 146,62m², com uma fração ideal de 33,69 de terreno, confrontando-se: ao NORTE, com as paredes externas do edifício que entestam com a rua José Luis; a LESTE, com o Box 03 e paredes externas do edifício; ao SUL, com as paredes externas do edifício; a OESTE, com as paredes externas do edifício que entestam com a rua Bento Gonçalves. O empreendimento acha-se edificado sobre um terreno com a superfície de 297,00m², medindo 11,00m de frente por 27,00m de frente a fundos, situado nesta cidade, zona urbana, no quarteirão formado pelas Ruas: Bento Gonçalves, Travessa projetada da Rua Fernando Ferrari e José Luiz, com as seguintes confrontações: frente, a OESTE, com a Rua Bento Gonçalves; fundos, ao LESTE, com Alexandre Joaquim da Silva; ao SUL, com José Alexandre da Silva Boli; e, ao NORTE, com a Rua José Luiz, formando esquina, imóvel esse localizado no lado par da Rua Bento			

Depositária: Patrícia Freitas de Oliveira.

ÔNUS SOBRE O BEM - R.2: Hipoteca para o Banco do Brasil S.A.;
AV.6: Execução de Título Extrajudicial oriunda do processo 5004591-69.2021.8.21.0018,
que tramita na 1ª Vara Cível de Montenegro/RS; AV.7: Indisponibilidade oriunda do

processo nº 0021644-81.2020.5.04.0512, que tramita no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata/RS; AV.8: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020186-10.2020.5.04.0292, que tramita na 2ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul/RS; AV.9: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020162-82.2020.5.04.0291, que tramita na 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul/RS; AV.10: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020951-11.2019.5.04.0261, que tramita na Vara do Trabalho de Montenegro/RS; AV.11: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020315-74.2021.5.04.0261, que tramita na Vara do Trabalho de Montenegro/RS; AV.13: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020553-90.2020.5.04.0241 que tramita na Vara do Trabalho de Alvorada/RS; R.14: Penhora oriunda do processo nº 5004591-69.2021.8.21.0018/RS, que tramita na 1ª Vara Cível de Montenegro; AV.15: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020002-68.2021.5.04.0373, que tramita na 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga/RS; AV.16: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020512-93.2020.5.04.0251, que tramita na 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha/RS; AV. 17: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020037-96.2021.5.04.0221, que tramita na Vara do Trabalho de Guaíba/RS; AV.18: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020597-32.2022.5.04.0341, que tramita na Vara do Trabalho de Estância Velha/RS; AV. 19: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020512-93.2020.5.04.0251, que tramita na 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha/RS; AV.20: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020107-19.2021.5.04.0026, que tramita na 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS; AV.21: Arrolamento de bens referente ao contribuindo Tiago Feron; AV. 22: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020518-74.2020.5.04.0292, que tramita na 2ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul/RS; AV.23: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020025-97.2021.5.04.0701, que tramita na 1ª Vara do Trabalho de Santa Maria/RS; AV.24: Indisponibilidade oriunda do processo nº 50045916920218210018, que tramita na 1ª Vara Cível de Montenegro/RS; AV. 25: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020238-91.2021.5.04.0511, que tramita na 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves/RS; AV.26: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020791-17.2020.5.04.0383, que tramita na 3ª Vara do Trabalho de Taquara/RS; AV.27: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020188-77.2020.5.04.0292, que tramita na 2ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul/RS; AV. 29: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020538-85.2021.5.04.0662, que tramita na 2ª Vara do Trabalho de Passo Fundo/RS; AV.30: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020776-09.2021.5.04.0241, que tramita na Vara do Trabalho de Alvorada/RS; AV.31: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020886-07.2020.5.04.0382, que tramita na 2ª Vara do Trabalho de Taquara /RS; AV.32: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020717-76.2020.5.04.0234, que tramita na 4ª Vara do Trabalho de Gravataí/RS; AV.33: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020678-79.2020.5.04.0234, que tramita na 4ª Vara do Trabalho de Gravataí /RS; AV.34: Indisponibilidade oriunda do processo nº 0020714-30.2020.5.04.0232, que tramita na 2ª Vara do Trabalho de Gravataí/RS; AV.35: Indisponibilidade oriunda do

processo nº 0020198-42.2023.5.04.0252, que tramita na 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha/RS; R.36: Penhora (50%) oriunda do processo nº 0020593-92.2022.5.04.0341, que tramita na Vara do Trabalho de Estância Velha/RS.

a) Período da alienação por iniciativa particular

O período da alienação por iniciativa particular e, conseqüentemente, o prazo para a apresentação de propostas iniciam-se na data de publicação do edital e terminam às 23h59min do dia 15/09/2026.

b) Preço mínimo para alienação

O bem foi avaliado em R\$ 350.000,00 na data de 25/02/2026 (ID. 8f5a7bd) e o preço mínimo para alienação será de 50% do valor de avaliação, como fixado pelo Juízo de origem no ID. deaa7f4.

c) Intermediação das propostas

Apenas serão aceitas propostas apresentadas por meio de leiloeiro(a) ou corretor(a) de imóveis credenciado(a) pelo TRT da 4ª Região.

d) Formalização das propostas

A proposta deverá conter a qualificação civil completa do(a) proponente, o preço, as condições de pagamento e, se for o caso, as garantias a serem apresentadas.

A proposta deverá ser acompanhada por documento de identificação do(a) proponente e declaração de que ele(a) não integra o rol de pessoas impedidas de apresentar propostas, conforme previsto no art. 41 do Provimento Conjunto GP.GCR nº 05/2025 do TRT da 4ª Região.

A proposta deverá ser enviada por leiloeiro(a) oficial credenciado perante o TRT da 4ª Região exclusivamente por correspondência eletrônica para o endereço "*hastas@trt4.jus.br*", com o título/assunto "*Proposta de aquisição apresentada no Processo 0020506-86.2020.5.04.0251*", sob pena de ser desconsiderada.

A proposta somente poderá ser retirada ou modificada até às 23h59min do dia do término do período da alienação por iniciativa particular, mediante envio, por parte do(a) leiloeiro(a) credenciado(a) no TRT da 4ª Região que remeteu a proposta inicial, de correspondência eletrônica para o endereço acima, com o título/assunto "*Retirada/Modificação da Proposta de aquisição apresentada no Processo 0020506-86.2020.5.04.0251*", sob pena de ser desconsiderada.

Decorrido o término do período da alienação por iniciativa particular, a proposta feita obrigará o(a) proponente.

e) Corretagem

O(a) leiloeiro(a) que tiver apresentado a proposta vencedora terá direito à comissão de corretagem de 5% (cinco por cento) do seu valor total, a ser suportada pelo adquirente e não incluída no valor da proposta.

Despesas do(a) leiloeiro(a) com publicidade, vistoria e exibição do bem incluem-se no valor da comissão de corretagem.

Não estão incluídas na corretagem despesas com remoção, guarda e conservação do bem penhorado.

f) Autorização para vistoria e exibição dos bens

Os(As) leiloeiros(as) credenciados(as) no TRT da 4ª Região ficam autorizados(as) a vistoriar os bens móveis e imóveis e exibi-los aos(às) interessados(as), em dias e horários comerciais, mediante prévia combinação com os(as) depositários(as).

Ficam autorizados registros fotográficos e gravações de vídeo por parte dos(as) leiloeiros(as) credenciados no TRT da 4ª Região, para fins de divulgação dos bens levados à alienação por iniciativa particular.

É vedado aos depositários(as), proprietários(as) ou possuidores (as) dos bens criarem qualquer tipo de embaraço, obstáculo ou dificuldade à vistoria e exibição dos bens levados à alienação por iniciativa particular, sob pena de incorrerem em infração ao art. 77, inciso IV, do CPC, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

g) Condições da proposta

As propostas poderão ser feitas à vista ou a prazo.

As propostas a prazo somente serão válidas com a oferta de entrada de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do valor da proposta e de saldo em, no máximo, 30 (trinta) parcelas mensais, corrigidas pela variação positiva da SELIC, conforme previsto no art. 63, § 4º, do Provimento Conjunto GP.GCR nº 05/2025 do TRT da 4ª Região.

As propostas a prazo de bens que são levados a registro ficarão garantidas por alienação fiduciária do próprio bem, quando se tratar de bens móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.

As propostas a prazo de bens que não são levados a registro somente serão válidas se acompanhadas de caução dada por hipoteca sobre outro bem imóvel livre e desembaraçado de propriedade do adquirente.

Quando houver concorrência entre propostas à vista de igual

valor, será vencedora a apresentada em primeiro lugar.

Quando houver concorrência entre propostas a prazo de igual valor, será vencedora a apresentada com menor número de parcelas.

Quando houver concorrência entre propostas à vista e a prazo, será vencedora a proposta à vista.

Nos bens gravados por contrato de alienação fiduciária, o saldo devedor do contrato será considerado parte integrante da proposta.

h) Pagamento e comprovação

O(A) leiloeiro(a) responsável pela intermediação da proposta vencedora feita à vista será intimado para informar o(a) adquirente que deverá efetuar o depósito judicial do seu valor total, acrescido da integralidade da comissão de corretagem, em conta judicial vinculada ao processo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da homologação da proposta pelo(a) Juiz(a) Auxiliar da Execução.

O(A) leiloeiro(a) responsável pela intermediação da proposta vencedora feita a prazo será intimado para informar o(a) adquirente que deverá efetuar o depósito judicial de, ao menos, uma entrada de 25% do valor total, acrescido da integralidade da comissão de corretagem, em conta judicial vinculada ao processo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da homologação da proposta pelo(a) Juiz(a) Auxiliar da Execução, bem como que deverá depositar as parcelas mensais vindouras na mesma conta judicial, as quais vencerão nos meses subsequentes, no mesmo dia do pagamento da entrada.

A guia de depósito judicial poderá ser emitida pelo(a) adquirente, com eventual auxílio do(a) leiloeiro(a) responsável pela intermediação da proposta vencedora, por meio dos sistemas SIF, da Caixa Econômica Federal, ou SISCOJUD, do Banco do Brasil, disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no endereço "<https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/depositos-judiciais>".

Todos os pagamentos deverão ser sempre comprovados nos autos na data de sua efetivação, independentemente de intimação.

Nas alienações à vista, o pagamento do valor total, acrescido da integralidade da comissão de corretagem, também deverá ser informado a este Juízo Auxiliar da Execução (JAE) mediante o envio de correspondência eletrônica para o endereço "hastas@trt4.jus.br", com o título/assunto "*Pagamento de proposta apresentada no Processo 0020506-86.2020.5.04.0251*", acompanhada dos documentos correspondentes.

Nas alienações a prazo, o pagamento da entrada, acrescido da integralidade da comissão de corretagem, também deverá ser informado a este Juízo Auxiliar da Execução (JAE) mediante o envio de correspondência eletrônica para o endereço "*hastas@trt4.jus.br*", com o título/assunto "*Pagamento de proposta apresentada no Processo 0020506-86.2020.5.04.0251*", acompanhada dos documentos correspondentes.

Nas alienações a prazo, os pagamentos das parcelas subsequentes à entrada não precisam ser informados a este Juízo Auxiliar da Execução (JAE), bastando a sua comprovação nos autos na data da efetivação, independentemente de intimação.

Nas alienações a prazo, o controle da pontualidade dos pagamentos das parcelas subsequentes à entrada, assim como a aplicação das penalidades previstas abaixo, caberá ao Juízo de origem, na forma do art. 53, § 4º, do Provimento Conjunto GP.GCR nº 05/2025 do TRT da 4ª Região.

No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

No caso de inadimplemento, caracterizado pelo atraso superior a sessenta dias de uma parcela, o adquirente perderá, em favor da execução, os valores pagos. Além disso, o exequente poderá pedir a resolução da alienação judicial ou promover, em face do adquirente, a execução do valor devido.

i) Dos direitos e deveres do adquirente

O(A) adquirente não poderá recusar o bem ou direito, alegar desconhecimento das regras definidas no Provimento Conjunto GP.GCR nº 05/2025 do TRT da 4ª Região ou no edital, pleitear redução no preço, ou alegar desconhecimento das condições e características dos bens, sob qualquer pretexto.

O bem será alienado no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, sendo ônus do(a) interessado(a) verificar a sua situação de posse, os seus ônus e encargos e as suas especificações.

As fotografias que eventualmente ilustrarem a descrição do bem não refletirão necessariamente o seu estado atual de conservação.

É originária a aquisição de propriedade de bem alienado por iniciativa particular, não cabendo evicção.

j) Débitos e pendências sobre o bem adquirido

Eventuais débitos pendentes sobre o bem adquirido, inclusive

obrigações de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o preço da alienação judicial (Tema nº 1.134 do STJ) e serão eventual e posteriormente quitados pelo Juízo de origem segundo a natureza dos créditos e a sua ordem de preferência legal.

São de responsabilidade do(a) adquirente as providências e despesas com:

I - retirada e transporte dos bens móveis do local onde se encontram;

II - impostos, taxas e contribuições de melhoria sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens móveis e imóveis do ano em curso, entendido este como o que recair na data da emissão da ordem de entrega ou da expedição de carta de alienação;

III - impostos, taxas e emolumentos sobre a transmissão de propriedade de bens móveis e imóveis, incluindo, mas não se limitando a vistorias, alvarás, certidões, escrituras, registros e laudêmos;

IV - quitação, junto ao credor fiduciário, das parcelas que compõem o saldo devedor do contrato de alienação fiduciária de bens móveis e imóveis.

Não são responsabilidade do(a) adquirente as despesas com:

I - impostos, taxas e contribuições de melhoria sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens móveis e imóveis dos anos anteriores ao ano em curso, entendido este como o que recair na data da emissão da ordem de entrega ou da expedição de carta de alienação;

II - multas de trânsito sobre veículos cometidas antes da emissão de ordem de entrega;

III - encargos condominiais vencidos antes da expedição de carta de alienação;

IV - tarifas de gás encanado, energia elétrica, água e esgoto vencidas antes da expedição de carta de alienação;

V - hipotecas sobre os imóveis.

Na aquisição de bem imóvel locado, o(a) adquirente, poderá, querendo, denunciar o contrato, com o prazo de 90 (noventa) dias para a desocupação, salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação, devidamente averbada na matrícula.

O prazo para a denúncia se inicia na data do registro,

presumindo-se, após ele, a concordância na manutenção da locação.

k) Intimações

Intimem-se as partes e, conforme o caso, os terceiros mencionados no art. 889 do CPC.

CACHOEIRINHA/RS, 12 de agosto de 2026.

CARLOS GUILHERME SILVEIRA E SILVA
Servidor



R. Bento Gonçalves, 1510 -
Ferroviário
Edifício



Rotas



Salvar



Próximo



Enviar para



Compartilha
o
smartphone



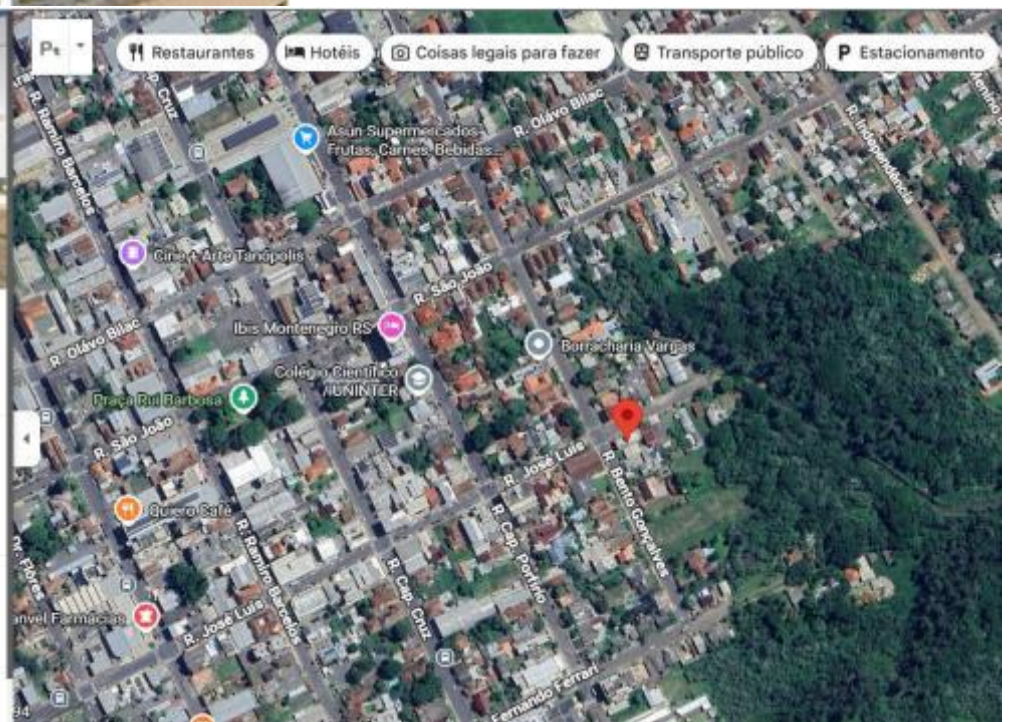
R. Bento Gonçalves, 1510 - Ferroviário,
Montenegro - RS, 95780-000



Sugerir uma edição em R. Bento Gonçalves, 1510
- Ferroviário



Adicionar um lugar aos seus pontos favoritos





R. Bento Gonçalves, 1510 - Ferroviário

R. Bento Gonçalves, 1510 -
Ferroviário

Edifício



Rotas



Salvar



Próximo



Enviar para Compartilhar
o smartphone



R. Bento Gonçalves, 1510 - Ferroviário,
Montenegro - RS, 95780-000



Compartilhar



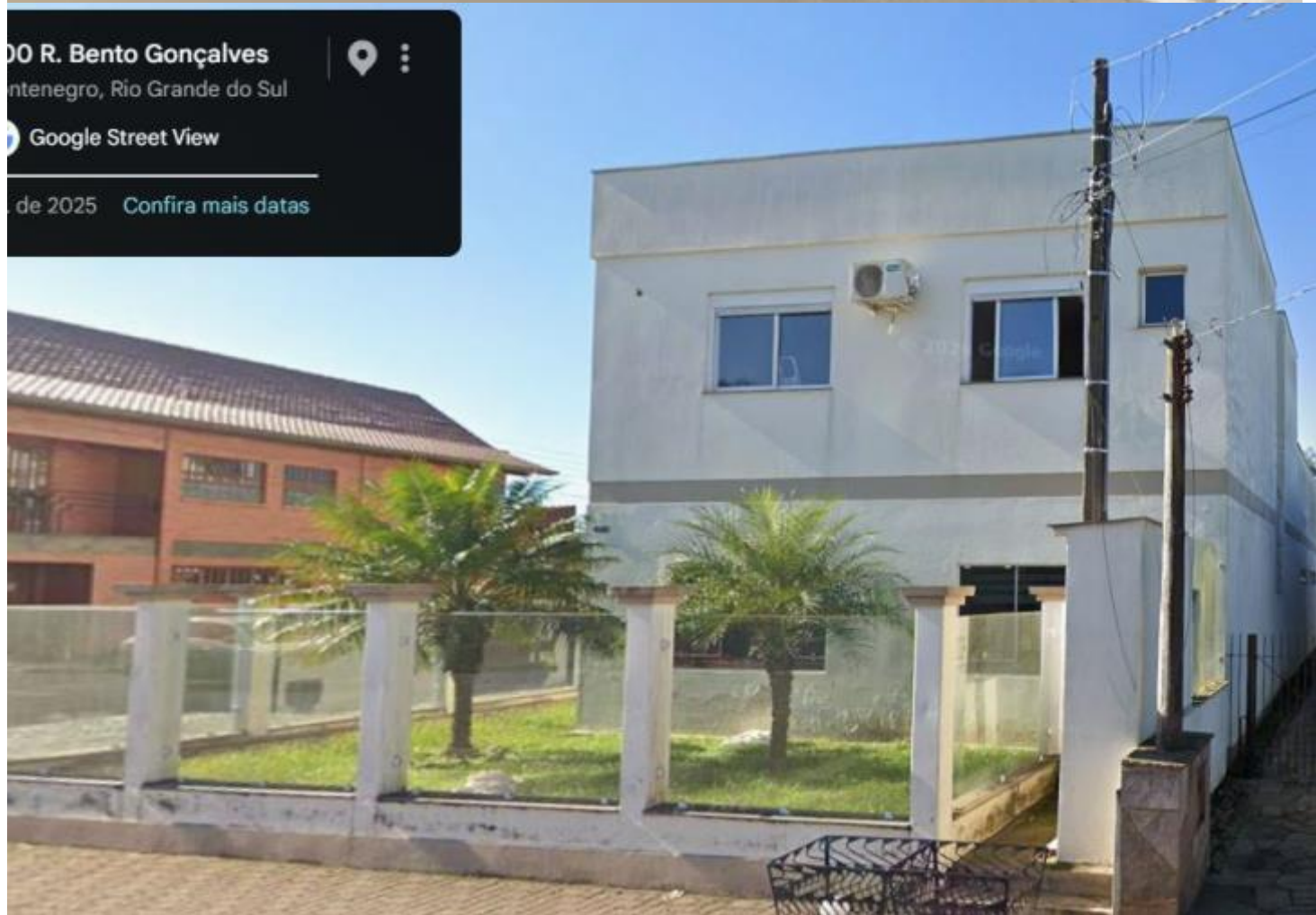


00 R. Bento Gonçalves

Antenogro, Rio Grande do Sul

Google Street View

de 2025 Confira mais datas







Documento assinado eletronicamente por CARLOS GUILHERME SILVEIRA E SILVA, em 12/08/2026, às 09:44:35 - b55b186
<https://pje.trt4.jus.br/pjekz/validacao/26081209422220100000194371795?instancia=1>
Número do processo: 0020506-86.2020.5.04.0251
Número do documento: 26081209422220100000194371795